

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Tribuna de Imprensa Class.: 82
 Data 21/08/91 Pg.: _____

Amazônia, projetos de internacionalização

*Falam como se fôssemos os vilões do planeta,
 mas não olham para a própria destruição*



Cicero Sandroni

“É preciso internacionalizar a Amazônia?” - esta pergunta formulada de maneira a subentender resposta positiva tornou-se frequente em artigos e reportagens publicados pela imprensa mundial nos últimos meses. São matérias de todo os tipos, das sensacionalistas e mentirosas, às bem articuladas, baseadas em fatos concretos. Mas todas com algo em comum: a necessidade de intervenção de forças estrangeiras para resolver problemas que o governo brasileiro se mostrou incapaz de equacionar. Monta-se assim insidioso esquema de relações públicas, cujo principal objetivo é mobilizar a opinião mundial para a grave questão brasileira - e de outros países latino-americanos - cuja solução poderá até contar com o apoio do exterior - mas constitui tarefa exclusiva dos países da área. É o pior de tudo: esta campanha, na qual o Brasil e países vizinhos aparecem como vilões ecológicos, e os governos respectivos são acusados do crime de genocídio, não passa de prelúdio à intervenção, que poderá ser pacífica, se os países amazônicos, e o Brasil, em especial, se mostrarem dóceis diante das pressões - ou militar, caso seja necessário utilizar a força para dobrar e “educar” aqueles incapazes de preservar as florestas.

Pensar na intervenção na Amazônia é pensar o impensável - para utilizar expressão tão cara aos técnicos do Instituto Hudson, onde se preparou o projeto do grande lago amazônico, sob a liderança de Hermann Khan, para alegria do Sr. Roberto Campos, e em boa hora vetado pelo Estado Maior das Forças Armadas do Brasil. Quando se pensa em intervenção ou desmembramento ou separação da Amazônia, parece que estamos ingressando no terreno movediço da ficção política, onde tudo pode acontecer. Pensa-se em produtos da imaginação fértil dos jornalistas: este tipo de intervenção só acontece em países estranhos e distantes, onde Saddam Hussein desafia, com sua estupidez, os valores básicos da civilização ocidental, isto é, petróleo, petróleo e mais petróleo. E ninguém se lembra de Granada ou do Panamá ou de todas as expedições enviadas pelos americanos para o Caribe e a América Central. Convivemos com a intervenção. Quando quis retomar as Malvinas a Argentina sentiu na própria carne o poder de fogo dos canhões dos donos do mundo - ou pelo

menos dos donos daquele pedaço do mundo.

Convivemos com a intervenção. Não se trata de ficção política mas sim de *realpolitik*, a política do concreto, onde os hegemônicos ditam as regras - e as regras são duras. A conversa agora é com o Brasil - não adianta desconversar. O Brasil, país súdito fiel, permanentemente ao lado das nações ricas do Norte, jamais causou problemas; até resolveu em casa, sem a ajuda dos canhões do Big Brother Sam, as questões do alinhamento “geopolítico” de 1964. Pois este país bem-comportado do ponto de vista dos conceitos da “geopolítica” estabelecidos pelo hemisfério norte, agora ingressa na lista negra dos grandes,

A cobiça internacional de várias maneiras, às vezes sob a capa de questões científicas, às vezes como defesa das questões indígenas, pela força se preciso

não em função dos seus pecados, mas vítima da cobiça internacional.

“A Amazônia e a Cobiça Internacional” é, por sinal, o título do livro do historiador e político brasileiro Artur César Ferreira Reis, pesquisador e cientista exemplar, autor de enciclopédica contribuição para os estudos da Amazônia. Com rigor científico e estilo rigoroso, acima de qualquer suspeita da acusação de “esquerdismo”, Artur César Ferreira Reis discorre com profundo conhecimento sobre as ameaças externas que pairam no horizonte amazônico. A primeira edição desse clássico dos estudos brasileiros é de 1960. A segunda, de 1965, lançada pela Edinova - a fecunda editora de Pedro Penner da Cunha, de tão curta existência, deixou marca indelével no mercado editorial brasileiro, em meados da década de 60 - ofereceu aos leitores um texto ampliado. Reeditado recentemente, ainda assim difícil para o leitor encontrá-lo nas livrarias. Não se sabe se está esgotado ou é mal-distribuído. De qualquer forma, pede-se sua volta ao alcance do leitor; o tema, atualíssimo, interessa a todos os brasileiros conscientes da gravidade do problema amazônico, crucial para o país no momento em que se prepara a Eco-92.

A cobiça internacional pela Amazônia revela-se evidente na impren-

sa do mundo de várias maneiras e nos mais diferentes estilos - às vezes, sob a capa das questões científicas, como na questão do “pulmão do mundo”. Outras, revestidas de profundo e comovente humanitarismo, na defesa das populações indígenas - mas em todas elas a tônica é a preservação da região, pela força se preciso for. Os brasileiros, incompetentes, inoperantes e genocidas, devem ser afastados, proibidos de ingressar na floresta e explorar seus recursos naturais. Tudo deve permanecer como está, um verdadeiro santuário, reservado para multinacionais a serviço das potências hegemônicas.

A última peça desta campanha orquestrada e dirigida para a demoralização do Brasil apareceu nas páginas da revista *Paris Match*. Em edição de maio passado, a revista francesa publicou longa entrevista com o médico Patrick Aeberhard, presidente de honra da associação *Médecins du monde*, na qual o entrevistado sugere à ONU que proclame a região amazônica patrimônio da humanidade, e que passe a protegê-la, com a força das armas, se necessário for. Aeberhard acusa o governo brasileiro de omissão na tarefa de proteger os índios Yanomâmis. Esta omissão seria forma de genocídio praticado contra “nação” de quinze mil seres humanos, primitivos e indefesos, entregues à própria sorte e à sanha dos garimpeiros, que os contaminam com doenças de brancos às quais eles sucumbem às centenas. Ou então matam índios e destroem a floresta a ferro e fogo quando precisam de espaço para garimpar o ouro - da mesma forma como agiram os conquistadores, cinco séculos atrás.

Aeberhard não se restringe aos comentários sobre a terrível situação em que se encontra a nação Yanomâmi. Ele sugere medidas drásticas. Suas palavras:

- Se o Brasil não tem meios financeiros de salvar uma população em perigo, será indispensável estabelecer, por intermédio das organizações internacionais, estruturas que permitam proteger a Floresta Amazônica e seus habitantes. Caso necessário, será legítimo colocar na região forças das Nações Unidas - um corpo de observadores, por exemplo - para proteger as populações nativas. A idéia é adotar um sistema de forças neutro que terá condições de impor a proteção indispensável a estes índios em vias de extinção.

Com seu espírito humanitário e sua solene preocupação com os Yanomâmis o médico Aeberhard sim-

plesmente propõe que as nações Unidas enviem para a região amazônica uma força expedicionária - infelizmente não poderão contar mais com Schwartzkopf, aposentado - com a missão de defender a nação Yanomami do processo genocida imposto pelo governo brasileiro. Intervenção direta, fuzileiros desembarcando nas praias amazônicas, paraquedistas despencando-se dos aviões, operação militar no território brasileiro, invasão pura e simples com o pretexto de salvar os índios. Inverte-se a típica situação dos antigos filmes de caubóis e índios da Hollywood do passado. Agora, é a cavalaria americana que vem salvar os índios das mãos dos brancos; e não, como antigamente, res-

Não é possível que um ser humano do séc. XX possa fingir que a questão indígena não existe. Genocídio foi o que fizemos com os nossos índios

gatar os pioneiros das traiçoeiras armadilhas dos índios. Mudam os tempos, muda o natal, por que não mudaria também a cavalaria americana?

Enfim, agora somos o alvo deles. O Brasil começa a pagar pelo desinteresse dos seus homens públicos das décadas recentes, em resolver os graves problemas da região amazônica. O trabalho de agregação do território, de manutenção de sua unidade desenvolvido por políticos do Império e seguido na Primeira República, a adesão dos habitantes da região amazônica à pátria brasileira, tudo o que se fez no passado, lições que os brasileiros desaprenderam, parece agora ameaçado. É o pior, o país permanece omissos - e deslumbrado diante da próxima realização da Conferência Internacional de Ecologia no Rio de Janeiro, como se fosse uma dádiva dos deuses do Norte - quando na realidade vai se tentar, durante a conferência, o estabelecimento de um estatuto especial para a região amazônica, proposta para, no mínimo diminuir a soberania brasileira na área.

A questão amazônica é complexa e delicada. Envolve interesses mundiais, questões estratégicas e disputas de mercado, narcotráfico, e *last, but not least*, a sobrevivência de culturas indígenas. Não é possível a

um ser humano do fim do século XX fingir que a questão indígena não existe: é preciso enfrentá-la e encontrar a solução mais adequada para aqueles seres que são, enfim, os donos da terra. Os brasileiros deste século ignoraram o que seus contemporâneos fizeram com as populações indígenas - foi realmente genocídio, não há outra palavra para classificar a agressão brutal e continuada dos brancos contra os índios. Mas também se trabalhou por eles e ao lado deles. Basta citar um nome, Rondon, para lembrar tudo o que brasileiros realizaram no sentido de preservar as culturas indígenas.

O impensável para nós, neste fim do século, é imaginar a ingerência internacional em assuntos que são da competência exclusiva dos brasileiros. Seria um desastre nacional, só possível de ser evitado com a atenção permanente de todos para as manobras que se desenvolvem nos bastidores no sentido da internacionalização da região. As campanhas de combate ao narcotráfico também estão contaminadas por um interesse internacional de controlar a Amazônia. As salvaguardas ecológicas do Banco Mundial levantadas quando o Brasil começou a despertar para os grandes projetos de infraestrutura integram um elenco de medidas destinadas a manter a Amazônia como santuário, à disposição das necessidades dos países mais ricos e industrializados.

Que as palavras de Artur Cesar Ferreira Reis, pronunciadas durante o seminário II Fórum sobre a Amazônia, promovido pela Casa do Estudante do Brasil, em 1968, sejam gravadas na consciência dos brasileiros.

"A integridade de nossa Amazônia, como legado do passado e como ação de suas gerações atuais, é tarefa a que ninguém pode fugir. Os projetos de sua absorção por outros povos ou organizações internacionais não podem deixar de merecer a nossa repulsa veemente. São projetos atrevidos, que nos ferem em nossa natureza como povo que sabe tomar suas decisões nos momentos oportunos, sendo desnecessárias as interferências alienígenas que não solicitamos nem servem aos nossos objetivos. O Mundo Amazônico, de que a nossa Amazônia compõe parte importante, possui características próprias, que o definem e o distinguem. Sua valorização, como demonstração da capacidade de realizar, de criar, de civilizar, deve constituir, assim, uma das evidências mais positivas de que alcançamos maioria, libertando-nos dos quadros do subdesenvolvimento.